

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 22 DE
NOVEMBRO DE 2019, ÀS 14 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO
MENDES.**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na Sala do Conselho Superior (Consu), no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as presenças dos Conselheiros(as): Girlene Alves da Silva, Eduardo Antônio Salomão Condé, Marcos Tanure Sanabio, Maria Carmen Simões Cardoso do Melo, Ana Livia de Souza Coimbra, Marcos Souza Freitas, Thiago César Nascimento, Iluska Maria da Silva Coutinho, Nádia Fontoura Sanhudo, Schirley Maria Policário, Fabrício da Silva Teixeira Carvalho, Lyderson Facio Viccini, Eduardo Barrere, Robert Daibert Júnior, Cristina Sayuri Côrtes Ouchi Dusi, Marise Pimentel Mendes, Aline Araujo Passos, Cláudio Roberto Fóffano Vasconcelos, Álvaro de Azeredo Quelhas, Jeferson Macedo Vianna, Marcelo da Silva Alves, Marcos Martins Borges, Frederico Pitella Silva, Maria Alice Junqueira Caldas, Maria Cristina Vasconcellos Furtado, Marina Monteiro de Castro e Castro, Marina Barbosa Pinto, Eliete do Carmo Garcia Verbena Faria, Pâmela Emanuelle Julião, Flávio Sereno Cardoso, Márcio Roberto Sá Fortes, Igor Coelho, Heronides Filho, Dimas Augusto de Carvalho, Dênis Alves Perdigão e Peterson Marco de Oliveira Andrade realizou-se a reunião do Egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início à sessão com os **Comunicados da Presidência**. Informou a liberação de cem por cento de orçamento de capital. Esclareceu que o prazo limite de empenho é o dia 27/11/2019. Apresentou algumas alternativas possíveis para que a universidade não perca este orçamento. A primeira alternativa seria a realização de empenhos que dispensam licitação. Apresentou dois projetos que estão sendo estudados pela Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA): a aquisição de uma célula fotovoltaica, que poderá gerar um impacto de redução das contas em 500 mil reais por ano; a contratação da Empav para recuperação do asfalto do anel viário, que totaliza um valor de dois milhões e seiscentos mil reais. Disse que também há uma terceira possibilidade a ser considerada que seria um projeto, que está pronto para licitação, de recuperação do prédio da FAGV, que custaria um milhão e quatrocentos mil reais. Contudo, destacou que este processo licitatório só estaria pronto para empenho apenas no final de dezembro, o que dependeria, portanto, de prorrogação do prazo de empenho. Ponderou que todas as três opções apresentam condicionantes. No caso da célula voltaica, seria necessário preparar o processo a tempo de empenho. Quanto ao projeto do anel viário, falta a entrega da documentação pela Empav que viabilize a contratação. E, no caso da licitação da FAGV, seria necessária a prorrogação do prazo de empenho. Lembrou que a alternativa possível seria, no caso do orçamento de capital da fonte 250, há como reprogramar a receita para despesas de custeio, que poderia ser integralizada para utilização no próximo ano. Disse que estas seriam as alternativas, as quais poderiam ser definidas por prioridades, caso tenhamos condições de empenhar todas as ações em capital, isto seria realizado, caso contrário, o que não for possível utilizar em capital, da fonte 250, seria reprogramado para custeio. Informou que, caso não haja prorrogação do prazo de empenho, a decisão precisará ser tomada até a próxima quarta-feira. Por fim, antes de abrir a palavra ao plenário, informou que as três alternativas apresentadas não constam da lista de prioridades de obras votadas no Conselho Superior. A Conselheira Marina Barbosa Pinto solicitou a palavra, oportunidade em que questionou acerca do andamento das obras da lista de prioridades deliberadas pelo Consu. O Senhor Presidente e o Conselheiro Marcos Tanure detalharam o status das

1 obras da lista de prioridades. Após esclarecimentos apresentados pelo Senhor Presidente
2 e ampla discussão sobre o assunto, em regime de votação, o plenário do Conselho
3 Superior votou, por unanimidade, pelo uso do recurso na usina fotovoltaica, na reforma
4 do antigo prédio da Fundação Getúlio Vargas, adquirido pela UFJF em Governador
5 Valadares. Quanto ao uso do recurso também para o projeto de recuperação do asfalto
6 do anel viário o Conselho Superior aprovou a proposta, por maioria. O Senhor
7 Presidente esclareceu que o objetivo é viabilizar os três projetos aprovados pelo Consu,
8 mas caso não seja possível por algum motivo técnico ou operacional, a administração
9 buscará garantir o orçamento por meio da movimentação de fontes. Ainda dentro dos
10 Comunicados da Presidência, o Senhor Presidente realizou a leitura da nota publicada
11 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
12 (Andifes), em seu site, que repudia o vídeo do Ministro da Educação, Abraham
13 Weintraub, em que o mesmo afirma, dentro outros pontos, que algumas universidades
14 federais têm plantações extensivas de maconha e que laboratórios de química são usinas
15 de fabricação de drogas sintéticas. O Senhor Presidente, ao final da leitura, apresentou
16 como encaminhamento o referendo do Consu à nota, bem como a divulgação da mesma
17 no site da UFJF. A Conselheira Marina Barbosa Pinto solicitou a palavra, oportunidade
18 em que informou que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino
19 Superior (Andes) entrou com interpelação judicial contra o Ministro e que também irá
20 emitir nota de repúdio. O Conselheiro Flávio Sereno Cardoso disse que a Federação de
21 Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino
22 Superior Públicas do Brasil (Fasubra) também está publicando nota sobre este episódio.
23 O Senhor Presidente esclareceu que a Assessoria Jurídica da Andifes estaria verificando
24 as medidas cabíveis, inclusive junto ao Ministério Público, AGU, Comissão de Ética e
25 Justiça. O Conselho Superior, em regime de votação, referendou a nota e sua publicação
26 no site da UFJF, por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente justificou as
27 ausências dos Conselheiros: Marconi Fonseca de Moraes, Rogério de Souza Sérgio
28 Ferreira, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves e Eduardo Sérgio Leão de Souza.
29 Dando início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou a autorização para inversão
30 da pauta, propondo que, após o debate do item 1.1, o plenário analisasse o item 2.1, pois
31 o assunto também faz referência ao campus de Governador Valadares (GV), com a
32 necessária participação dos representantes de GV, que já estão presentes para o debate
33 do item 1.1. O Conselho Superior aprovou a inversão da pauta. Na sequência, o Senhor
34 Presidente solicitou a autorização de entrada na sala do Consu dos representantes de
35 GV: Emílio Mafalda Oliveira, Ricardo Grunewald, Héder José Ribeiro, e Isadora
36 Carmargos Pacheco para participação da discussão. O plenário autorizou a entrada dos
37 referidos servidores. **Item 1.1 – Debate acerca da situação do Campus Avançado da**
38 **UFJF em Governador Valadares (GV).** O Senhor Presidente esclareceu que este
39 ponto de pauta surgiu na última reunião do CONSU, durante os informes da
40 Presidência, em que um Conselheiro questionou acerca da notícia veiculada a respeito
41 da realização de reunião em Governador Valadares, em que o assunto da emancipação
42 havia sido tratado e havia sido informado à imprensa de que este tema estava numa
43 possibilidade muito concreta de ser realizado. Na oportunidade, o Senhor Presidente
44 informou que respondeu ao Conselho que não tinha informação nenhuma, a não ser
45 também os dados divulgados pela imprensa. Revelou que o tema gerou debate no
46 Conselho, oportunidade em que alguns Conselheiros manifestaram a preocupação de
47 que o tema esteja sendo encaminhado sem o conhecimento do Conselho Superior. Neste
48 sentido, o plenário deliberou para que este assunto fosse trazido oficialmente para
49 reunião no Consu. Disse que todos os Conselheiros receberam o email que o Professor
50 Peterson Marco de Oliveira Andrade, diretor-geral do campus GV, encaminhou, um dia

1 após a referida reunião, em que são feitos alguns esclarecimentos. O Senhor Presidente
2 informou também que tomou a liberdade de ligar para um representante do município,
3 um professor que é Secretário, para questioná-lo sobre a notícia veiculada. O referido
4 Secretário justificou que iria ligar para o Reitor, mas que, na realidade, aquela foi uma
5 possibilidade que havia sido apresentada pelo prefeito ao Ministro e que, por isso, foi
6 realizada a reunião com a intenção de iniciar essa discussão. O Senhor Presidente
7 finalizou, destacando que estas foram as informações que obteve desde então. Repassou,
8 em seguida, a palavra ao Professor Peterson Marco Andrade, o qual realizou
9 apresentação (em Power Point) sobre o tema. A fala tratou da área de abrangência do
10 campus avançado, de um resgate histórico das discussões sobre emancipação desde
11 2013 e da recente realização de uma audiência pública sobre o tema. Conforme o
12 diretor-geral do campus avançado, a imprensa não esteve presente na audiência e
13 utilizou uma matéria publicada pela Prefeitura de Governador Valadares para divulgar a
14 reunião, distorcendo a informação. O professor Peterson Marco Andrade ressaltou que o
15 assunto da emancipação é recorrente em GV e já foi debatido politicamente em outros
16 momentos, entre vereadores e outros parlamentares. Informou que o diretor do campus
17 de Parnaíba, da Universidade Federal de Piauí, que recentemente foi emancipado, esteve
18 em Governador Valadares para explicar como funciona a emancipação. Revelou
19 também que o professor Renato, de Matinhos, da Universidade Federal do Paraná,
20 também esteve em Governador Valadares para falar da experiência dele em campus fora
21 de sede. Quanto à reunião realizada no dia 04 de novembro, segundo o Professor
22 Peterson Andrade, a audiência pública trataria de três temas: esclarecer para a
23 comunidade o papel das universidades públicas, conhecer as expectativas da
24 comunidade em relação à Universidade e elaborar uma agenda de trabalho em comum
25 em defesa da Universidade. Informou que na reunião havia 18 integrantes do campus de
26 Governador Valadares. Disse que o prefeito da cidade compareceu também, o que
27 considerou uma surpresa, pois não sabia que o prefeito participaria. Havia também a
28 presença de um deputado da região. Informou que não havia presença de imprensa na
29 reunião e que a notícia veiculada pelo Diário do Rio Doce foi realizada a partir da
30 notícia publicada no site da prefeitura. O Professor Peterson Marco Andrade informou
31 que o servidor Ricardo Grunewald defendeu sua dissertação de mestrado, cujo trabalho
32 tratou das perspectivas quanto à emancipação do campus de Governador Valadares,
33 seus pontos positivos e negativos. Neste sentido, a referida pesquisa avaliou quais os
34 impactos da emancipação. Na sequência, o servidor Ricardo explanou sobre sua
35 pesquisa e a importância de se debater o tema. Outros conselheiros representantes do
36 campus de Governador Valadares também usaram a palavra para explicar o movimento,
37 sugerindo que o tema seja aprofundado no Consu. O coordenador administrativo do
38 campus GV, Emílio Mafalda Oliveira, relatou que havia um entendimento diferente do
39 que foi dado na audiência pública. Ele citou a presença de vários políticos no momento
40 e informou que durante a reunião foi explicitado que a emancipação poderia vir ‘de
41 cima para baixo’, no entendimento de que as autoridades fariam a vontade da
42 comunidade. Diante do exposto, o referido servidor acredita que o tema deva ser
43 debatido pelo Conselho Superior. A professora do Departamento de Ciências Contábeis
44 do Campus GV e Conselheira, Schirley Maria Policário, manifestou-se, dizendo que
45 prestou concurso para a UFJF, e que o assunto da emancipação não foi discutido na
46 comunidade interna de Governador Valadares. Ela relatou o pânico vivido pelos colegas
47 diante da ameaça do Programa Future-se e reafirmou que o tema da emancipação nunca
48 foi tratado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas do qual faz parte. O diretor do
49 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Denis Alves Perdigão, afirmou que o
50 interesse político pelo assunto se aguçou, no momento, devido à relevância da presença

1 da UFJF na região em termos econômicos e culturais. Ele defendeu que a UFJF seja
2 protagonista nas discussões do tema, salientando que o instituto que dirige se recusa a
3 debater o tema com outras esferas. O professor do Departamento do curso de Medicina,
4 em Governador Valadares, Héder José Ribeiro, relatou que a audiência pública pegou a
5 comunidade acadêmica de surpresa. Informou que, durante a reunião, a UFJF foi
6 chamada de ‘usina sem chaminé’, que gera receita sem poluir. Ele acrescenta que tem a
7 informação de que o tema também não foi debatido no Instituto de Ciências da Vida e
8 que qualquer discussão só será feita pelos trâmites internos da Universidade. Finalizou,
9 informando que a comunidade de Governador Valadares não tem posição formada sobre
10 o assunto. O Senhor Presidente, complementando a fala do referido professor, proferiu
11 leitura de manifestação do Diretor do ICV, Ângelo Denadai, acerca do tema. Em
12 resumo, o referido professor entende que a transformação de campus de GV em uma
13 universidade autônoma seria muito positiva para Governador Valadares e região, pois
14 criaria uma identidade local, além de permitir uma autonomia financeira e acadêmica
15 que resulta em maior agilidade para os processos administrativos e maior alinhamento
16 às demandas locais. Por outro lado, enfatizou que a discussão sobre o assunto ainda é
17 incipiente e não foi tratada no âmbito do ICV. Neste sentido, defende que o processo
18 deva ocorrer de forma harmônica, com ampla discussão em todos segmentos da
19 Universidade: estudantes, professores e técnicos-administrativo em educação, com
20 participação das instâncias superiores da UFJF, reitoria e Consu, sem deixar, contudo,
21 de ouvir a comunidade Valadarense. Sendo assim, sugere que, caso a discussão siga
22 adiante futuramente, seja realizado um plano de transição que contemple os anseios das
23 partes e que dê segurança ao processo. Na sequência, o Senhor Presidente passou a
24 palavra para a técnica-administrativa em Educação, Isadora Camargos, que, em sua
25 manifestação destacou a necessidade de maior debate sobre o assunto junto à
26 comunidade acadêmica, inclusive com a realização de audiências públicas e consultas
27 públicas sobre a questão. O Conselheiro Flávio Sereno alertou para o perigo de o futuro
28 do campus avançado ser debatido por políticos e Prefeitura, atropelando a discussão na
29 Universidade. Alertou que há a preocupação de que uma emancipação realizada pelo
30 governo tenha outros interesses, como, por exemplo, abalar a representação da Andifes
31 ou implantar o Programa Future-se em campus avançado para dessa forma buscar a
32 adesão de Universidades maiores. Solicitou que o Conselheiro Peterson Marco Andrade
33 esclareça o ponto de sua nota em que aborda o processo de descentralização
34 administrativa, informando como está o desenvolvimento deste processo, opinando
35 considerar este um processo interessante para se debater. A Conselheira Marina Barbosa
36 Pinto manifestou preocupação diante do cenário atual e reforçou a necessidade de se
37 discutir o tema com profundidade tanto no campus de GV quanto de Juiz de Fora. O
38 Conselheiro Heronides Filho também defendeu que seja feita uma ampla discussão do
39 assunto, pois entende que o processo já foi iniciado. O Conselheiro Eduardo Barrére
40 acrescentou que todas as ações do Conselho Superior são de cuidado com o ‘filho’ que
41 um dia vai se emancipar. Ele acredita que faltou sinceridade no relato da situação, uma
42 vez que o movimento deve ter ocorrido diante de alguma abertura para que políticos se
43 envolvessem com pessoas do campus de Governador Valadares. Neste sentido, pontuou
44 que percebeu a ausência de maior diálogo sobre o assunto junto à administração central.
45 O diretor-geral do campus GV, Peterson Andrade, informou que solicitou a composição
46 de uma comissão com as representações dos técnicos, estudantes e diretores de unidade
47 para o debate sobre o assunto. Esclareceu que, assim como o Professor Dênis Perdigão,
48 entende que o tema deva envolver a administração superior. Neste sentido, opinou pela
49 composição de uma comissão mista, podendo ser até nomeada pela reitoria, como
50 aconteceu com o regimento do campus. Disse ter a informação sobre a programação de

1 nova audiência pública por parte de políticos sobre o assunto, com provável realização
2 no início de dezembro. Quanto à ida do professor Alex ao campus de GV para
3 apresentação do tema da emancipação, esclareceu que esta dúvida de como funciona o
4 processo de emancipação sempre aconteceu em Governador Valadares. Destacou que
5 não há nada escondido acerca do assunto e que há, inclusive, matéria sobre a visita do
6 referido professor no site do campus de GV. Ponderou que errou ao não fazer a
7 comunicação imediata, logo após a reunião, com a administração central. Mas que
8 também não o fez, pois não considerou a proposta de emancipação como algo concreto.
9 Disse também que não imaginava que sairia notícia sobre a reunião. Na sequência, o
10 Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Álvaro de Azeredo Quelhas. O
11 Conselheiro informa que, embora não tenha sido consultado, na época da sugestão de
12 criação do campus de Governador Valadares, alertava sobre o equívoco da forma como
13 seriam ampliadas as universidades. Considerou que a emancipação não pode ser projeto
14 pessoal nem político de alguém e indagou se a comunidade acadêmica de GV está
15 ciente do que está acontecendo. O Conselheiro Eduardo Condé revelou que, quando o
16 tema é discutido entre os membros da Administração Central, há um entendimento de
17 que, um dia, a emancipação virá, como um processo natural. Contudo, ressaltou que a
18 administração sempre entendeu que este é um processo gradativo, que precisa ser
19 construído sob o controle da instituição. O Conselheiro destacou a necessidade de se
20 discutir o assunto, exclusivamente, dentro da universidade. Ele acredita que os políticos
21 interessados na emancipação podem não ter como perspectiva o ponto de vista da
22 Universidade. O servidor Emílio Mafalda Oliveira esclareceu que, no que diz respeito à
23 visita dos professores para relatar sobre o processo de emancipação, ponderou que o
24 campus avançado de GV busca sempre a troca de experiência com outros *campi* fora de
25 sede, exemplificando a visita de outros professores de outras universidades para a troca
26 de experiências, em áreas como infraestrutura, gestão etc. Revelou que, conforme
27 manifestação do Professor Eduardo Condé, em Governador Valadares, ele e os demais
28 servidores do campus também se preocupam com os interesses políticos que envolvem
29 o tema da emancipação. A Conselheira Ana Livia Coimbra salientou que a
30 Administração Superior deve estar ciente de qualquer discussão sobre o assunto. Ela
31 disse ter se sentido incomodada em saber que o reitor não foi comunicado da realização
32 da audiência pública realizada em Governador Valadares. Reforçou que a
33 Administração Superior tem feito muito pelo campus de Governador Valadares, tais
34 como a destinação de verbas, a compra do prédio da FAGV. Citou outras iniciativas
35 tomadas pela administração para atender as demandas de Governador Valadares. Por
36 fim, asseverou que esta discussão quanto à emancipação deve ser conduzida com muita
37 maturidade, pois, no momento, a forma como tem sido conduzida está trazendo
38 desconforto não só para o Conselho Superior, mas também para os trabalhadores e
39 estudantes de GV, destacando que vários professores não sabiam desta reunião.
40 Ressaltou a necessidade de que este debate se dê de forma democrática, com a
41 participação de todos de GV e todos de Juiz de Fora. A Conselheira Marise Mendes
42 reiterou a fala dos demais conselheiros e comentou o avanço alcançado pelo campus de
43 Governador Valadares, acrescentando que acredita que a emancipação pode um dia
44 acontecer, mas com maturidade. O Conselheiro Marcos Freitas avaliou estar claro o
45 caminho que se espera para o campus avançado, diante dos atos e expressões ditas pelos
46 conselheiros. Ele considera necessário discutir os avanços em Governador Valadares,
47 observar suas dificuldades e questionar se este é o momento da emancipação, de onde
48 parte o tema e quais são os interesses envolvidos. O Senhor Presidente encerrou os
49 debates, considerando que a discussão no Consu levantou importantes pontos de
50 reflexão. Destacou que todas as falas foram convergentes com a ideia de que a

1 emancipação é um processo natural e que tudo, portanto, é uma questão de tempo.
2 Ponderou que há vários indícios de que não seria indicada a separação, neste momento.
3 Quanto à fala do Emílio, de que o processo poderia ocorrer na “canetada”, destacou que
4 ainda assim seria preciso um processo, com lei, decreto com definição de normas e que
5 precisa ser aprovado no Congresso. Ressaltou que acredita que o que for definido no
6 Consu e também interesse da comunidade de GV pesarão na decisão. Neste sentido,
7 pensa que esta decisão só será tomada se a comunidade assim o desejar. Conforme a
8 fala dos demais Conselheiros, também ponderou a necessidade de se verificar os
9 interesses políticos que envolvem a decisão sobre a emancipação do *campus* de
10 Governador Valadares, diante do atual cenário político. Lembrou da necessidade da
11 Administração Superior e do Conselho Superior serem informados sobre assuntos que
12 envolvem aspectos estratégicos da Universidade. Disse que acredita que problemas
13 pontuais de gestão não podem ser usados como argumentos para a emancipação e,
14 portanto, como base para criação de uma Universidade. Asseverou que problemas de
15 gestão se resolvem com gestão. Neste sentido, ressaltou ser preciso pensar um projeto
16 de universidade para aquela região, com avaliação das vocações que precisam ser
17 desenvolvidas naquele local que justifiquem a criação de uma autarquia independente.
18 Afirmou que, se o assunto foi apresentado por dirigentes políticos, não é possível que a
19 Universidade se furte a debatê-lo. Nesse sentido, sugeriu, como primeiro
20 encaminhamento, que a comissão de Governador Valadares que está sendo criada, com
21 representação das entidades de classe, apresente ao Consu uma proposta de metodologia
22 a ser adotada para a discussão do tema. Desta forma, o Conselho Superior poderia, a
23 partir da apresentação da metodologia, verificar a forma como poderá interagir nesse
24 debate. Outro encaminhamento sugerido pelo Senhor Presidente é de que a
25 Administração Superior faça um agendamento com a prefeitura e seja a intermediária de
26 uma conversa sobre o assunto com a Prefeitura de Governador Valadares, para
27 esclarecer o fato e verificar a forma como esta questão está sendo tratada. Depois, o
28 Senhor Presidente traria o relato da reunião ao Conselho Superior. Em seguida, o
29 Senhor Presidente, mediante questionamento do Conselheiro Flávio Sereno, apresentou
30 o desenvolvimento do trabalho realizado pela comissão constituída para o processo de
31 descentralização da gestão de pessoas. Quanto à questão de orçamento e da
32 possibilidade da criação da UG, descentralizada, com ordenador de despesas em
33 Governador Valadares, o Senhor Presidente informou que esta discussão sempre esbarra
34 na falta de cargos e funções gratificadas no campus para assumir estas questões. Ocorre
35 que, conforme explanação do Senhor Presidente, não há mais como migrar cargos e
36 funções gratificadas para Governador Valadares, lembrando, inclusive, que quando o
37 campus foi criado houve erro no dimensionamento destes cargos. A seguir, o Senhor
38 Presidente encaminhou para votação as duas propostas apresentadas. A primeira
39 proposta é de que a comissão, composta em GV, apresente metodologia de discussão do
40 tema ao Consu. A outra proposta seria de que a reitoria faça a interlocução junto ao
41 poder público municipal de Governador Valadares e, eventualmente, também com os
42 deputados que estão propondo essa emancipação e, depois, traga este relato ao Conselho
43 Superior. Neste momento, a Conselheira Marina Barbosa Pinto pediu a palavra,
44 oportunidade em que registrou que a Apes não foi convidada a participar desta
45 comissão. O Diretor Geral do Campus de GV informou que o pedido para representação
46 da Apes e do DCE será encaminhado para Juiz de Fora. Em regime de votação, o
47 Conselho Superior aprovou, por unanimidade, os encaminhamentos. Na sequência, o
48 Senhor Presidente deu início ao próximo ponto de pauta **Item 2.1 – Processo nº**
49 **23071.012088/2019-92 - Proposta de Alteração da Resolução 62/2016 - Consu**
50 **(Preceptoria - GV)**. Abriu a palavra à Conselheira Maria Cristina Vasconcellos Furtado

1 para que a mesma realizasse a leitura de seu parecer. Trata-se de pedido de revogação
2 parcial da Resolução 62/2016, solicitado pelo Chefe do Departamento de Medicina de
3 GV, professor Héder José Ribeiro, que, pautado no recomendado no Ofício-Circular nº
4 4/2017/DDES/SESU/SESU-MEC, entende que os professores do Curso de Medicina
5 que atuam como preceptores estão habilitados a receber bolsas do PRODEPS. Neste
6 sentido, pede a revogação do artigo 10 e dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 11 da
7 Resolução 62/2016, que vetam este recebimento. A Conselheira realizou a leitura
8 completa de seu parecer e, ao final, manifestou ser favorável à alteração dos artigos 10 e
9 11 da Resolução 62/2016, sugerindo nova redação para os mesmos. Destacou, por fim,
10 que o entendimento é de que a Resolução da UFJF já permitia que os professores
11 exercessem a preceptoria, como também recomenda o ofício do MEC/SESU. Destacou
12 que não estava de forma muito clara, por isso, a mudança proposta, ressaltando que os
13 professores como devem cumprir no mínimo oito horas de aula, foi destacado nos
14 parágrafos a possibilidade de exercer desde que, primeiro, não exista horas disponíveis
15 no seu PIT e segundo, ao receberem a bolsa, não recebam esta bolsa em horário que
16 simultaneamente recebam salário como professores, para que não haja duplicidade de
17 pagamento. Destacou, ainda, que como existem outras bolsas disponíveis, é importante
18 que não recebam duas bolsas concomitantemente. Asseverou que, no que diz respeito ao
19 artigo 10, deve ser primeiro verificado se o edital permite fragmentar as bolsas de
20 acordo com o número de horas trabalhadas. Por fim, afirmou que sejam sempre
21 priorizados profissionais da rede, visando: primeiro - fortalecer a relação
22 Faculdade/Universidade com a rede; segundo - para que efetivamente haja o maior
23 número de professores e médicos da rede atuando como preceptores, de forma a
24 fortalecer o ensino. Em regime de discussão, o Senhor Presidente abriu a palavra ao
25 Professor Héder José Ribeiro, que esclareceu a situação do internato dos alunos de
26 medicina de Governador Valadares, relatando as dificuldades enfrentadas. Disse que
27 como Governador Valadares é um polo para medicina local, há outras faculdades,
28 inclusive de outras cidades, que enviam seus estudantes para realização do internato,
29 pagando cerca de R\$1400,00 (mil e quatrocentos reais) por aluno para que os hospitais
30 recebam seus estudantes, o que diminui o espaço de prática para a UFJF. Disse que os
31 alunos do curso de medicina de GV que estão cursando o internato hoje estão
32 distribuídos em 20 unidades de saúde e dois grandes hospitais. Gostaria de solicitar,
33 dentro do parecer da relatoria, uma alteração no parágrafo 2º do artigo 11, pois pode
34 ocorrer casos em que um médico, funcionário do hospital, possa receber um aluno como
35 preceptor, recebendo bolsa PRODEPS. O Senhor Presidente, tendo em vista o término
36 do tempo regimental para realização da reunião, precisou adiar o ponto de pauta. Não
37 havendo mais comunicados, a Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e
38 encerrou a reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar
39 lavrei a presente ata que dato e assino.

40
41 Juiz de Fora, 22 de novembro de 2019.

42
43
44 **Rodrigo de Souza Filho**
45 **Secretário Geral da UFJF**

46
47
48 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
49 **Reitor da UFJF**
50

1
2
3

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

| | |
|-----|-----|
| 1. | 2. |
| 3. | 4. |
| 5. | 6. |
| 7. | 8. |
| 9. | 10. |
| 11. | 12. |
| 13. | 14. |
| 15. | 16. |
| 17. | 18. |
| 19. | 20. |
| 21. | 22. |
| 23. | 24. |
| 25. | 26. |
| 27. | 28. |
| 29. | 30. |
| 31. | 32. |
| 33. | 34. |
| 35. | 36. |
| 37. | 38. |
| 39. | 40. |
| 41. | 42. |
| 43. | 44. |
| 45. | 46. |

| | |
|-----|-----|
| 47. | 48. |
| 49. | 50. |
| 51. | 52. |
| 53. | 54. |
| 55. | 56. |